

90 ACM critica proposta para monopólios

Senador diz que o PFL defende o fim do controle do Estado e não apenas a simples flexibilização

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O ex-governador e senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que as propostas de seu partido para a reforma constitucional são diferentes das apresentadas pelo governo. "O PFL tem posição mais ampla em relação aos monopólios e deseja acabar com eles", explicou. Mesmo assim, ACM acha que o PFL poderá aprovar "a flexibilização dos monopólios" proposta pelo governo,

desde que esse caminho resulte "em alguma coisa de concreto".

Na sua avaliação, "seria melhor para o País quebrar imediatamente os monopólios". "O governo teria mais condições de resolver alguns problemas da população", argumentou, durante seminário em que as propostas de reforma do governo foram apresentadas aos parlamentares do PFL. ACM acredita que seu partido ganhará mais adeptos para suas teses conforme o debate sobre o assunto aumente. "É preciso mostrar às pessoas que os monopólios representam custos mais elevados para os bens e serviços que utilizam."

A posição do senador foi reforçada pelo ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazô-

nia Legal, Gustavo Krause. "Na condição de membro do PFL, defendo uma radicalidade reformista", afirmou. Para ele, a posição do PFL daqui para a frente será a de lutar "para ampliar as fronteiras do possível".

O governo propõe que seja permitido o contrato de risco para a pesquisa e lavra de petróleo e que a Petrobrás seja autorizada a fazer joint ventures para refino. Já o PFL deseja que a iniciativa privada nacional e estrangeira possa participar de todas as atividades da área, por meio do regime de concessões. "O me-

canismo de concessões manteria o controle da União", explicou Krause.

O ex-presidente da Câmara Inocêncio Oliveira (PFL-PE), por outro lado, avalia que a quebra dos monopólios será a questão mais complicada da reforma e prefere começar pela Previdência. Ele acha que só depois de decidir o novo modelo previdenciário será possível discutir a questão do tamanho do Estado. "E depois de se definir o tamanho do Estado, as atribuições da União, Estados e municípios, será possível tratar da reforma tributária."

INOCÊNCIO
QUER DISCUTIR
PRIMEIRO A
PREVIDÊNCIA